O caráter do investimento externo japonês: a influência da modernização e das relações internacionais no período pré Segunda Guerra Mundial.

Silvio Miyazaki

Resumo

Analisa-se o processo de deslocamento e concentração dos investimentos externos japoneses para os países do Leste Asiático no período entre o início da abertura comercial do Japão, ocorrido em meados do século XIX, e o término da Segunda Guerra Mundial.

Pela evolução desses investimentos, observa-se que a trajetória dos eventos históricos, ocorridos no período considerado pelo estudo, assegurou um predomínio do Leste Asiático como receptor dos investimentos japoneses.

Estuda-se na primeira parte do artigo os principais eventos históricos, tais como as origens da abertura da economia, a modernização do país e a expansão do território japonês, fatos esses que propiciaram o início dos investimentos japoneses e a concentração dos mesmos nos países do Leste Asiático. Na segunda parte, mostra-se uma caracterização geral dos investimentos externos japoneses no período anterior à Segunda Guerra Mundial, comprovando a sua concentração naquela região.

Indicação de sub-área:

História Econômica e Economia Brasileira

04 História Econômica Geral

O caráter do investimento externo japonês: a influência da modernização e das relações internacionais no período pré Segunda Guerra Mundial.

Introdução

Ao longo do período compreendido entre o início da abertura comercial do Japão, ocorrido em meados do século XIX, e o término da Segunda Guerra Mundial, houve o processo de deslocamento e concentração dos investimentos externos japoneses para os países do Leste Asiático.

Analisando a evolução desses investimentos, observamos que a trajetória dos eventos históricos ocorridos, no período pré Segunda Guerra Mundial, assegurou um predomínio do Leste Asiático como receptor dos investimentos japoneses.

Na primeira parte deste artigo, estaremos analisando os principais eventos históricos, tais como as origens da abertura da economia, a modernização do país e a expansão do território japonês, fatos esses que propiciaram o início dos investimentos japoneses e a concentração dos mesmos nos países do Leste Asiático. Na segunda parte, mostraremos uma caracterização geral dos investimentos externos japoneses no período anterior à Segunda Guerra Mundial, comprovando a sua concentração naquela região.

1. Eventos históricos como motivadores do investimento

Uma sucessão de eventos históricos levou a uma trajetória em que os investimentos do Japão no exterior se concentrassem no Leste Asiático em detrimento de outras áreas. A abertura da economia japonesa foi uma pré-condição para a existência de relações econômicas internacionais e a industrialização japonesa propiciou que as empresas desse país crescessem e buscassem novos mercados no exterior. As guerras e os tratados, garantindo a expansão do território, também ampliaram os mercados, resultando na concentração dos investimentos numa determinada área geográfica. A seguir, analisaremos esses eventos históricos.

1.1. Abertura da economia

Para se compreender a importância da abertura da economia japonesa – ocorrida em meados do século XIX - deve-se retroceder de alguns séculos: em 1639 iniciou-se a política de isolamento japonês, quando o acesso dos estrangeiros [1] ao país foi restringido e a saída de japoneses ao exterior foi proibida. Tomou-se esta decisão para diminuir os fatores que poderiam causar instabilidade

[1] Embora em número restrito, havia a permissão apenas para os chineses, coreanos e holandeses ingressarem e comercializarem com o Japão a partir de 1639 (SUMIYA & TAIRA, 1979: 172 - 173).

política no Japão feudal, entre os quais, a influência de valores religiosos ocidentais [2] e a entrada de armas e metais preciosos do exterior (BEASLEY, 1963: 8, 45 ; HAGIHARA, 1985: 17).

Anos depois, entre o término do século XVIII e o começo do século XIX, com o aumento das relações internacionais de alguns países ocidentais com a China, reiniciou o interesse daqueles países em ter contatos diplomáticos e obter a abertura de portos japoneses. Durante aquele período, russos, ingleses e norte-americanos realizaram algumas tentativas de estabelecer relações oficiais com o Japão (BEASLEY, 1963: 46 – 53; MORRIS-SUZUKI, 1994: 56; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 116 – 117).

A Inglaterra obteve Hong Kong para sua esfera de domínio político e a autorização para usar outros portos chineses por meio do tratado de paz de 1842-1843, selado após a Guerra do Ópio com a China. A utilização de Hong Kong como um porto, não somente dos ingleses mas também para alguns outros países ocidentais, resultou no aumento da possibilidade de intercâmbio comercial e de interesses econômicos daqueles países ocidentais com o Leste Asiático, por conseguinte, aumentando a possibilidade de ter contatos com o Japão (BEASLEY, 1963: 49; SHIBAHARA, 1985: 64).

Aliado ao fato anterior de ampliar o número de portos abertos aos países ocidentais na costa chinesa, a expansão do território dos Estados Unidos para o Pacífico, com o reconhecimento pelos ingleses do direito de posse americano sobre Oregon em 1846 e a aquisição da Califórnia após a guerra com o México entre 1846 e 1848, eventos esses fizeram com que os Estados Unidos voltassem os interesses econômicos também para o Japão. Com o planejamento de uma linha marítima entre a costa norte-americana do Pacífico e a China, o Japão tornou-se estratégico aos interesses dos Estados Unidos pela sua posição geográfica, situada entre aqueles dois países, e pelas minas de carvão que possuía, pois era este o mineral utilizado como combustível dos navios à época (BEASLEY, 1963: 52; SHIBAHARA, 1985: 62, 65).

Os dois eventos anteriores são exemplos de fatos que conduziram os países ocidentais a realizarem tentativas de se aproximar do Japão. Após a política de isolamento ter perdurado por mais de dois séculos, o Japão assinou, entre 1854 e 1858, acordos e tratados com os Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra e Rússia [3], concedendo-lhes, entre outros direitos, formalmente a abertura de alguns portos, a realização do comércio externo, baixas taxas de importação – estabelecidas em 5

[2] O Cristianismo e a sua difusão eram considerados pelos senhores feudais japoneses como meios pelos quais os estrangeiros poderiam dominar o país.

por cento para a maior parte dos produtos - e a inclusão da cláusula de nação mais favorecida unilateral, ou seja, no Japão, privilégios obtidos por um país seriam automaticamente dados para os outros, sem contrapartida aos japoneses. A reclusão foi rompida formalmente com essas medidas institucionais, resultando na abertura parcial da economia [4] (BEASLEY, 1963: 67 – 69, 72, 77, 168; SUMIYA & TAIRA, 1979: 171; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 120 – 121; SHIBAHARA, 1985: 65).

1.2. Restauração Meiji: abertura e industrialização econômicas

Com o advento da Restauração Meiji em 1868, quando o imperador reassumiu os poderes políticos do Japão, encerrou-se o feudalismo. Foi um marco na história japonesa que fez que com o Estado centralizado iniciasse a modernização [5] do país.

Dois aspectos da Era Meiji [6] de especial interesse para o presente estudo são a abertura da economia e a industrialização. As relações econômicas com o exterior e o processo de industrialização da economia japonesa implicaram na aquisição de tecnologia do exterior, ampliação de mercados, substituição de importações, produção de bens a serem exportados e a possibilidade de acumularem capitais a serem investidos no exterior.

Houve uma maior abertura das relações econômicas internacionais japonesas com a Restauração Meiji, aumentando, portanto, a inserção japonesa na economia mundial, o que propiciou o aumento do comércio e do investimento externo e a expansão econômica do Japão.

No final da década de 1860, alguns países ocidentais, tais como o Reino Unido, Rússia, Alemanha e Holanda, já tinham influência política e econômica sedimentadas em países asiáticos na forma de territórios e concessões; por conseguinte, a modernização para o Japão era necessária para atingir o poderio militar e tecnológicos semelhantes a esses países a ponto de lhe assegurar a sua independência e remover as desigualdades dos tratados [7] que tinham sido firmados há cerca de dez anos atrás. Ademais, se o Japão não fosse mais ativo economicamente no exterior, as oportunidades de comércio e de investimento na Ásia seriam tomadas por aqueles outros países. A renda nacional

---

[3] Chamados de *Tratados Ansei*.

[4] Segundo NISHIKAWA & SAITO (1985: 175), o comércio internacional do Japão aumentou em 200 por cento entre 1857 e 1865 e em 80 por cento entre 1865 e 1880.

[5] O conjunto de instituições implantadas significa modernização do país, tais como a abolição formal de estratos sociais, introdução do modo de produção capitalista, produção em fábricas nas indústrias, educação básica compulsória, criação de uma força militar nacional (KUWAHARA, 1985: 24).

[6] Abrange o período entre o ano da restauração do poder central ao imperador Meiji, em 1868, até o seu falecimento, em 1912.

[7] Um exemplo de desigualdade dos tratados foi o firmado em 1866, que baixara de cerca de 20 por cento para cinco por cento a alíquota de importação, o que favoreceu a entrada de bens manufaturados estrangeiros no Japão (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 129 & 136).

aumentara 65 por cento, portanto, a uma taxa média de 1,5 por cento ao ano, entre 1845 e 1879 de forma que o crescimento econômico continuado dependia do incremento do comércio externo (DUUS, 1988: 132-134; HUBER, 1971; PEATTIE, 1984: 7; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 135).

O governo promoveu a industrialização através de medidas tais como o estabelecimento do Ministério da Indústria em 1870, a importação de tecnologia do exterior e o investimento na indústria. Em 1874, o governo estabeleceu a primeira mina de carvão e desenvolveu outras oito; em 1881 investiu numa moderna forma de extração de minério de ferro, construiu uma fábrica de máquinas-ferramenta em 1871, uma planta de cimento em 1875, uma fábrica de vidro em 1876 e uma de tijolos em 1878, além de fundições e minas de prata e ouro. Os investimentos em infra-estrutura foram também realizados por aquele Ministério, tais como a construção das primeiras linhas ferroviárias, da constituição da navegação marítima e de uma rede nacional de telégrafos. O governo também realizou a importação de produtos, máquinas e fábricas inteiras que serviriam de modelos aos industriais japoneses (BEASLEY, 1963: 154 – 156; MORRIS-SUZUKI, 1994: 73 - 74; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 148).

Com o início da industrialização nesse período, as empresas começaram a adquirir capacidade e tecnologia para produzir bens manufaturados, inicialmente para o mercado interno e posteriormente, para o externo.

Um setor que pode ser apontado como exemplo da industrialização japonesa é o têxtil, que participava com cerca da metade das importações entre 1868 e 1882 e em que ocorreu um processo de substituição de suas importações. O setor privado importou teares ingleses, estabelecendo-se fábricas para produtos e fios de algodão em 1868 e em 1870, sendo que o governo construiu mais duas, uma em 1880 e outra em 1881. Em 1878, o governo criou um fundo para empréstimo para constituição de fábricas têxteis de algodão privadas (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 148 – 149, 197).

A produção de tecidos de algodão quase triplicara entre 1882 e 1887 e nos cinco anos seguintes aumentou dez vezes. Enquanto entre 1874 a 1877, 67,5 por cento do consumo de algodão no Japão consistia de produtos importados, em 1894 o Japão começou a exportar fios e roupas de algodão, tornando-se em 1897 um exportador líquido de fios de algodão (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 154; SHIBAHARA, 1985: 66 - 67).

No que diz respeito à indústria exportadora da seda, os primeiros teares mecânicos foram estabelecidos em 1870 pelo governo, que fundara e administrara fábricas nesse setor com o intuito de introduzir novas técnicas e padronizar a qualidade para estimular as exportações. Seguiram-se a construção de outras fábricas, não somente pelo setor público mas também pela iniciativa privada. Nos anos de 1880, 30 por cento dos produtos de seda exportados pelo Japão eram bens processados mecanicamente, a seda participava com 43 por cento da pauta das exportações japonesas e contribuiu para o equilíbrio da balança comercial em meados dos anos de 1880 (BEASLEY, 1963: 156; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 148 – 149, 197).

Houve uma tendência a fusões e formações de cartéis nos anos de 1880. Por exemplo, na indústria de fiação de algodão houve uma associação das firmas para compras de algodão cru e vendas externas de fios de algodão, para estabelecer quotas para períodos de excesso de produção e para contratação de serviços de transporte e vendas. Vale dizer que o governo também foi um indutor para aquela tendência, uma vez que empresas por ele constituídas foram vendidas ao setor privado e este obteve a tecnologia importada do exterior pelo governo e incorporada nas firmas (BEASLEY, 1963: 157 - 158; LANDES, 1998: 379; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 154 – 155; 197).

Ademais, existiam os grandes conglomerados econômicos (*zaibatsu*) Mitsui, Mitsubishi, Yasuda e Sumitomo, que obtiveram do governo subsídios, capitais e contratos para realizarem investimentos nas indústrias que o governo procurava promover. De outro lado, a estratégia desses conglomerados era a diversificação de atividades e produtos. Por conseguinte, dentro desse processo houve a absorção de outras empresas por eles (BEASLEY, 1963: 158, 227; MORRIS-SUZUKI, 1994: 78; NISHIKAWA & SAITO, 1985: 186).

Foram criadas empresas de comércio exterior japonesas (*sogo shosha*) – também com ajuda financeira do governo - para dar flexibilidade e autonomia para elas, uma vez que quase a totalidade daquelas que operavam no Japão eram estrangeiras, nos anos de 1870 [8]. Essas empresas contribuíram decisivamente no desenvolvimento do comércio japonês, pois à medida que se estabeleciam em novos mercados, uma vez que a principal atividade das *sogo shosha* era de importação e exportação, davam créditos às empresas industriais, disseminavam informações às outras empresas e tinham iniciativa em formar associações setoriais de exportação (IWATA, 1974: 189, 192; YASUMURO, 1984: 66).

[8] As empresas de comércio exterior estrangeiras operavam cerca de 95 por cento das transações de importações e exportações japonesas (YASUMURO, 1984: 66)

Com a mudança da base econômica, passando de agrícola para industrial, o Japão começou a competir no mercado mundial como exportador de bens manufaturados. Diferentes estratégias comerciais foram adotadas para os mercados da Europa e dos Estados Unidos e para os mercados da Ásia e do Pacifico. Nos primeiros, onde a indústria era mais avançada se comparada ao Japão, as exportações se concentraram em bens artesanais ou artísticos produzidos no setor tradicional da economia, tais como seda crua, cerâmicas, produtos de laca e papel. Nos segundos, onde não havia ainda uma indústria doméstica moderna, as exportações se concentraram em tecidos e roupas de algodão, flanelas, fósforos, alimentos enlatados, cimento, sendo que nessa região os preços dos produtos japoneses eram mais competitivos que os dos seus competidores ocidentais (DUUS, 1988: 135).

Como foi analisado nesta seção, com a Restauração Meiji houve a abertura mais ampla da economia e a industrialização, tendo o governo como indutor de parte das indústrias e das empresas, seja pela introdução de tecnologia avançada do exterior, seja pela concessão de créditos e subsídios. A abertura da economia japonesa foi uma pré-condição para existência de relações econômicas internacionais e a industrialização propiciou a possibilidade das empresas crescerem e buscarem novos mercados. São fatos que contribuíram para a presença de produtos japoneses no exterior e para o estabelecimento de escritórios comerciais e plantas produtivas no exterior, tal como será analisado posteriormente.

1.3. Guerras e Tratados

Acidentes históricos, tais como as guerras e os tratados estabelecidos, que culminou na ocupação japonesa de territórios no Leste Asiático, serão mostrados nesta seção como eventos que levaram a uma trajetória que concentrou os investimentos japoneses no Leste Asiático.

A análise da política internacional e da geoestratégia, na segunda metade do século XIX, propicia uma visão melhor das causas que motivaram os japoneses na ocupação territórios em países do Leste Asiático. Nesse período, as potências ocidentais expandiam o seu território para a ampliação do Estado Nacional, cujo significado era de que a aquisição de territórios no exterior tornara-se um dos atributos de elevar o seu *status* internacional assim como para mostrar o poder da nação frente a outros países. Entre a década de 1870 e 1880, uma série de eventos, tais como a invasão pela Rússia da zona fronteiriça da China, a ocupação da Indochina pela França, a expansão inglesa para a Birmânia e a Malásia, mostravam que potências ocidentais estavam agressivas na sua consolidação como potências internacionais (DUUS, 1995: 3 e 16).

A intrusão ocidental no Leste Asiático revelou a fraqueza da China, tradicionalmente considerada pelo Japão como uma potência. A derrota da China frente à Inglaterra na Guerra do Ópio, e posteriormente, na década de 1890, frente à França e à Rússia, foi motivo de preocupação para o governo japonês. Caso países geograficamente próximos, tal como a Coréia ou a China, estivessem sob o domínio total dessas potências ocidentais, o Japão seria vulnerável à pressão ocidental. A manutenção da independência do Japão somente seria possível se agisse como as potências ocidentais, demandando direitos e privilégios no Leste Asiático (DUUS, 1995: 17 e 22; HARRINGTON, 1983: 132 – 133; MAYO, 6: 1967).

Em termos de segurança nacional para o Japão, a Coréia era particularmente importante. A maior parte dos contatos japoneses com o continente asiático era realizado através da Península Coreana. O Japão percebia que era especialmente perigoso para a sua segurança se a Coréia fosse dominada por um outro país, portanto, era vital retirar qualquer influência estrangeira – que não a japonesa - da Coréia para a segurança nacional do Japão (OH, 1983: 129).

Ter domínio sobre Taiwan fortaleceria a posição japonesa no Pacífico, podendo controlar as linhas marítimas e diminuir a influência ocidental na China. Adquirir a Península Kwantung, na China, relativamente próxima à Coréia garantiria a independência desse país (MAYO, 1967: 11; HARRINGTON, 1983: 132 - 133).

No período posterior à Restauração Meiji, a primeira incursão militar no exterior foi a expedição para Taiwan, realizada em 1874, que resultaria na sua futura incorporação ao Japão. No ano seguinte, uma outra expedição militar foi enviada para a Coréia, que resultara no estabelecimento de relações formais através de um tratado que permitia a abertura de portos coreanos para o comércio com os japoneses (BEASLEY, 1963: 171 - 172; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 143; LANDES, 1998: 374; MORISHIMA, 1982: 96).

A Inglaterra assinou um tratado em 1894, por meio do qual renunciava à extraterritoriedade para alíquotas de importação japonesas a partir de 1899, o que foi seguido por outras potências ocidentais [9]. Como conseqüência, restabeleceu-se novamente a autonomia japonesa em determinar suas próprias tarifas de importação, o que veio a ser um dos fatores adicionais para a realização de políticas comerciais pelo Japão (BEASLEY, 1963: 170; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 186). Tal como foi analisado na seção 1.1, os primeiros tratados firmados pelo Japão, após anos de isolamento,

[9] Conforme BEASLEY (1963: 168), os Estados Unidos concederam novamente ao Japão autonomia nas tarifas de importações para alguns produtos em 1878-79, entretanto figura a data de 1911 em REISCHAUER & CRAIG (1978: 186).

eram desiguais no sentido de terem concedidos mais direitos aos países ocidentais que ao Japão.

A Guerra Sino-Japonesa [10], entre 1894 e 1895, ampliou os interesses econômicos japoneses na China. Como sua ganhadora, o Japão firmou um tratado com a China, o Tratado de Shimonoseki, em que ela foi obrigada a ceder Taiwan, reconhecer a independência da Coréia [11], pagar reparações de guerra, abrir mais portos aos japoneses e negociar um tratado comercial, entre outras cláusulas (BEASLEY, 1963: 172 - 173; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 155, 185 – 186 ; MORISHIMA, 1982: 96). Como conseqüência, houve uma expansão do território japonês com a anexação de Taiwan em 1896 e o estabelecimento de interesses econômicos privilegiados aos japoneses na China. A entrada de divisas proveniente das reparações de guerra ao Japão auxiliou o desenvolvimento da sua indústria pesada. O tratado comercial firmado no ano seguinte, entre outros privilégios, assegurou ao Japão o direito em transferir indústrias e manufaturas à China. Foi um estímulo adicional à indústria têxtil japonesa, inicialmente pelas exportações e posteriormente pelo investimento das empresas realizado na China (DUUS, 1988: 5; HAGIHARA, 1985: 18; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 186).

Deve-se observar que havia um vácuo no poder político e uma crise política na China de forma que o país foi loteado às potências ocidentais e ao Japão.

Uma outra guerra que impulsionou os interesses econômicos japoneses no Leste Asiático foi a Guerra Russo-Japonesa [12] entre 1904 e 1905. A paz foi estabelecida pelo Tratado de Portsmouth que reconheceu a Coréia como zona de interesse japonês e cedeu ao Japão a Península de Kwantung (conhecida também como Liaotung) e a área pertencente a South Manchurian Railway, regiões chinesas cuja posse anterior era da Rússia. Expandiu-se desta forma ainda mais a área territorial e o domínio político japonês no Leste Asiático (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 155, 187 – 188, 226; MORISHIMA, 1982: 96). Além do Tratado de Portsmouth, o Japão realizou mais quatro acordos com a Rússia entre 1907 e 1916 que asseguravam a posição japonesa na Coréia e na Manchúria (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 234).

Livre dos interesses de outros países - China e Rússia – o Japão, através das guerras e dos tratados, fez a Coréia tornar-se um protetorado em 1905, o que dava direitos de supervisionar a sua política externa, e a anexou em 1910, quando firmou um tratado para tal finalidade.

---

[10] A Guerra Sino-Japonesa foi causada pela disputa em preservar os interesses de cada um dos países na Coréia. A China insistia que a Coréia era seu domínio, enquanto o Japão não aceitava, considerando-a como independente (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 185).

[11] A pretensão chinesa de soberania sobre a Coréia terminou com este reconhecimento.

[12] A Guerra Russo-Japonesa foi desencadeada para preservar os interesses de cada um na Manchúria e na Coréia (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 188).

Os eventos históricos da Guerra Sino-Japonesa, da Guerra Russo-Japonesa e os subseqüentes tratados implicaram no aumento da influência econômica japonesa, seja comercial ou através de investimentos, nas áreas cedidas e ocupadas: Taiwan, Coréia, áreas da China e sul da Manchúria.

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, estimulou a expansão da economia, uma vez que aumentou a demanda por armamentos e munições e por bens manufaturados japoneses em mercados asiáticos e americanos, que antes eram supridos pelos países europeus, e que com a guerra tiveram que interromper seus fornecimentos. Como conseqüência, as exportações japonesas aumentaram 108,31 por cento no intervalo de quatro anos (BEASLEY, 1963: 224 - 225; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 194; MORISHIMA, 1982: 96, 126). O surgimento de novos mercados propiciado pelo deslocamento das demandas dos países asiáticos, passando da Europa para o Japão, contribuiu decisivamente ao aumento da influência econômica japonesa na Ásia.

A relativa diminuição de interesses dos países europeus sobre a Ásia, causada pela participação desses na Primeira Guerra Mundial, facilitou o fortalecimento político e econômico do Japão na região (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 234).

Foi firmado entre o Japão e a China o Acordo Lansing-Ishii em 1917, conferindo ao Japão a proteção de seus interesses especiais na China (BEASLEY, 1963: 216; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 234).

Em 1931 houve o Incidente de Mukden ou Incidente da Manchúria em que as tropas japonesas (o Exército de Kwantung), estacionadas na região para proteger a zona cedida pelos chineses pelo Tratado de Portsmouth, atacaram as tropas chinesas na cidade de Mukden. A partir deste Incidente houve um crescente avanço das tropas japonesas até toda a Manchúria ser conquistada em 1932 (BEASLEY, 1963: 256 – 257; REISCHAUER & CRAIG, 1978: 250; MORISHIMA, 1982: 96).

Este domínio veio tão somente a sacramentar a influência econômica que os japoneses já exerciam nessa região, uma vez que já nos anos finais da década de 1910, 75 por cento do investimento estrangeiro na Manchúria era de capitais japoneses, sendo a South Manchurian Railway Company a mais importante empresa pela vasta extensão de suas atividades, e 40 por cento do comércio japonês com a área chinesa era com a Manchúria (REISCHAUER & CRAIG, 1978: 249). Portanto, pode-se afirmar que desde esse período, o Japão já tinha interesses econômicos na Manchúria.

A partir do Incidente da Manchúria, houve o direcionamento do governo japonês em estabelecer indústrias de base e infra-estrutura nos territórios ocupados na Coréia, China, Manchúria e Taiwan para o esforço de guerra. Em 1937, novamente o Japão entrou em guerra contra a China, o que deu um novo impulso aos investimentos japoneses nos territórios que já estavam ocupados pelo Japão, pois cada vez mais o governo japonês os incentivava, principalmente nas indústrias de base e de capital.

A entrada do Japão numa guerra de grande escala - a Segunda Guerra Mundial – fez com que o esforço de guerra tornasse cada vez maior os investimentos japoneses naqueles territórios ocupados, cujos dados que serão mostrados na próxima parte do capítulo.

1.4. Expansão do território e interesses econômicos

Através das guerras e dos tratados houve a expansão do território japonês e dos interesses econômicos no Leste Asiático, como foi estudado nas seções anteriores. Nesta seção, mostraremos com mais detalhes aquela expansão, bem como analisaremos a relação da economia do Japão com a das áreas anexadas.

Entre a Restauração Meiji até o final da Segunda Grande Guerra Mundial, houve uma contínua expansão do território japonês e da sua influência política e econômica nas regiões relativamente próximas ao Japão, destacando-se dois momentos, a saber: a) antes da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu a influência sobre a Coréia, Taiwan, Ilhas Sakalinas, Ilhas do Mar do Sul, Província de Kwantung e Manchúria (as duas últimas na China); e b) durante a Segunda Guerra Mundial, verificando-se desta vez influência sobre a China e o Sudeste Asiático, quando se constituíra a Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático [13] (KANEKO, 1982: 32). Nesse processo destacavam-se a Coréia, Taiwan, Província de Kwantung e Manchúria (as duas últimas na China), como as maiores áreas geográficas nas quais houve a expansão territorial japonesa.

Conforme os dados da tabela 1.1, a área geográfica total das seis áreas sob controle japonês fora 4,2 vezes maior que a do Japão em 1940, o que mostra a irrefutável expansão do território japonês desde a Restauração Meiji.

Tabela 1.1: Área geográfica e população do Japão e territórios ocupados em 1940

Região	Área geográfica	População	Residentes japoneses	Densidade populacional
	1.000 km^2	mil	mil	por km^2
Japão	382,6	71.420	70.116	186,7
Taiwan	36,0	5.872	347	163,3
Coréia	220,8	24.326	690	110,2
Ilhas Sakalinas	36,0	415	380	11,5
Província de Kwantung	3,5	1.367	203	394,8
Manchúria	1.303,1	43.297	862	33,2
Ilhas do Mar do Sul	2,1	131	77	61,0
Total	1.984,1	146.828	72.675	74,0

Fonte: Okurasho Kanri-kyoku. *Nihonjin no Kaigaikatsudo ni kansuru Rekishiteki Chosa Soron*. In: KANEKO (1982: 35).

Essa expansão do território japonês e da sua influência propiciou a constituição de uma área em que se concentraram o comércio e investimentos japoneses.

O Japão tinha vantagens econômicas se comparadas as outros países ocidentais para o desenvolvimento do seu território expandido, tais como a relativa proximidade com essas áreas, o que tornava os custos de transporte menores e a comunicação mais rápida e uma maior integração entre as economias sob a zona de influência japonesa, se comparada com as européias, mais orientadas a exportações a terceiros (NAKAMURA, 1974: 350).

No final da década de 1890, a aquisição de interesses econômicos no exterior era um importante objetivo nacional, direcionando o Japão para ter uma presença econômica de maior envergadura nos mercados regionais do Leste Asiático (DUUS, 1988: 137).

As empresas privadas investiram nos territórios ocupados pelo Japão que apresentassem garantias de lucro, o que foi proporcionado pela participação das grandes empresas ou pelas garantias oficiais de retorno nos projetos de grande escala, de forma que a expansão do território japonês foi acompanhada por empresas japonesas que se instalaram na China, Coréia e Taiwan (DUUS, 1984: 148, 150; KUBIN, 1959: 75; PEATTIE, 1984: 12 e 16).

À expansão do território japonês seguiram-se os interesses econômicos nas áreas cedidas ou ocupadas, as quais se converteram, a um só tempo, em mercado consumidor para seus produtos industrializados e como fornecedoras de matérias-primas como Taiwan e Coréia, com intercâmbio

[13] *Greater East-Asian Co-Prosperity Sphere* em inglês.

comercial e investimentos na China e com a industrialização do norte da Coréia e da Manchúria, principalmente após 1930 (BEASLEY, 1963: 208).

A promoção de interesses econômicos no exterior foi ampla, incluindo-se a expansão do comércio, estabelecimento de linhas marítimas, instalação de bancos e linhas de crédito no exterior, aquisição de concessões de minas e ferrovias e exportação de capitais (DUUS, 1988: 137). Nos anos que se seguiram à Restauração Meiji, algumas empresas abriram filiais no exterior, principalmente para servirem como representações comerciais, tais como citados neste capítulo.

Taiwan e Coréia eram vistas como aliviadoras do problema de abastecimento do Japão: a produção agrícola doméstica japonesa era insuficiente para a demanda interna, tendo que importar grandes volumes de alimento, o que acarretaria em problemas de balanço de pagamento com terceiros países, de forma que se incentivou o desenvolvimento da agricultura, especialmente o cultivo do arroz nessas áreas (PEATTIE, 1984: 31-32).

Até o final da década de 1920, Taiwan e Coréia desempenhavam o papel típico de economias coloniais: exportavam matérias-primas e alimentos e importavam bens manufaturados do Japão (PEATTIE, 1984: 32).

Nos anos iniciais da década de 1930, o desenvolvimento das atividades não agrícolas ainda era restringido nos territórios ocupados para evitar o surgimento de competidores para os produtos finais industrializados japoneses nesses mercados. Entretanto, depois desse período houve uma mudança na política econômica do Japão nos territórios: como era um período de economia de guerra, necessária se fazia a criação de uma base industrial auto-suficiente neles, principalmente em Taiwan e na Coréia, vistas como áreas estratégicas, de forma que houve a promoção de programas de industrialização. É digno de nota observar que dessa forma, as atividades das empresas japonesas nos territórios ocupados pelo Japão se intensificaram a partir desse período (PEATTIE, 1984: 32 - 34).

Foram construídas instalações industriais nos territórios ocupados para produção de matérias-primas industriais, tais como produtos petroquímicos, minérios e metais que serviram para o esforço de guerra japonês, principalmente após o embargo às importações de petróleo imposto ao Japão pelos Estados Unidos e com os conflitos, inicialmente com a II Guerra Sino-Japonesa e posteriormente com o ataque japonês a Pearl Harbor em 1941, com o Japão ingressando diretamente na Segunda Guerra Mundial (PEATTIE, 1984: 33).

A expansão do território japonês abriu mercados às empresas japonesas, seja inicialmente para exportar produtos industrializados e importar matérias-primas e alimentos, seja posteriormente, através de investimentos em industrialização. À medida que se ampliava o território, as empresas investiam em cada área ocupada pelo Japão, adquiriram maior experiência no processo de investimento na região, propiciando um processo de se concentrarem na área.

2. Investimentos externos japoneses

Mostraremos nesta segunda parte uma caracterização geral dos investimentos externos no período anterior à Segunda Guerra Mundial, comprovando a sua concentração regional .

2.1. Estoque do investimento japonês

Documentos anteriormente secretos [14] do governo americano (UNITED STATES OF AMERICA, 1945; UNITED STATES OF AMERICA, 1946; UNITED STATES OF AMERICA, 1946a; UNITED STATES OF AMERICA, 1946b; UNITED STATES OF AMERICA, 1947; UNITED STATES OF AMERICA, 1947a; UNITED STATES OF AMERICA, 1948, UNITED STATES OF AMERICA, 1948a; UNITED STATES OF AMERICA, 1948b) mostram dados de ativos externos japoneses entre 1900 e 1945. Utilizamos esses dados como *proxis* do estoque de investimento externo japonês de agosto de 1945.

Antes de analisar os dados contidos nos documentos do governo americano acima citados, cabe observar que neles os ativos externos japoneses são definidos como propriedades que eram pertencentes às agências do governo japonês, corporações, instituições financeiras e indivíduos, localizadas fora do Japão [15] (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 1).

---

[14] Referindo-se à abrangência dos documentos, os seus dados foram derivados de um exaustivo trabalho de pesquisa realizado pelas forças de ocupação americanas no Japão entre 1945 e 1948. Para elaboração deles foram recebidos 131 relatórios governamentais, 12.336 relatórios de corporações e 458.417 relatórios com listas de propriedades individuais, sendo que houve a conversão das moedas para dólares americanos a preços de agosto de 1945 (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 2 - 7).

Dos 12.336 relatórios das corporações, 1.550 foram relatórios de instituições financeiras com matrizes no Japão, 19 de instituições financeiras com matrizes fora do Japão, 7.280 de corporações com matrizes no Japão, 3.517 de corporações com matrizes fora do Japão e 29 de instituições fechadas, que foram classificadas conforme a indústria, a localização, períodos e a natureza dos ativos (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 3 e 8).

[15] Esses ativos incluem (a) ativos tangíveis, propriedades imóveis e móveis, de pessoas jurídicas e físicas, incluindo moedas e lingotes de ouro e de prata (b) ativos intangíveis, incluindo-se depósitos bancários e reservas, contas e notas recebíveis, ações, títulos e debêntures, instrumentos de pagamento, *copyrights*, patentes, moedas estrangeiras, seguros, investimentos em parceria e subsidiárias, e direitos à extração de recursos naturais (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 1). Vale observar que 90,95 por cento dos ativos externos japoneses consistiam de ativos tangíveis: propriedades imóveis tais como edifícios, terras, minas e outros recursos naturais e propriedades móveis tais como produtos finais, bens em processamento, equipamentos e matérias-primas (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 26).

De 1900 até 1945, o Japão tinha estabelecido ativos na Coréia, Manchúria, China, Taiwan e em outras áreas [16] do mundo, cujo estoque resultante era estimado em US$ 21.880.666.276 a preços de agosto de 1945 (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 16 e 18).

Quanto à distribuição territorial, em valores de agosto de 1945, 39,44 por cento do total dos ativos externos japoneses estavam localizados na Manchúria, 21,60 por cento na China, 8,67 por cento em Taiwan, 23,98 por cento na Coréia e 6,31 por cento em outras áreas, conforme mostra a tabela 1.2. Depreende-se, portanto, que os maiores montantes em ativos estavam localizados na Manchúria (US$ 8.629.628.939) e na Coréia (US$ 5.246.495.036), vindo a China em terceiro lugar (US$ 4.726.436.000).

Tabela 1.2: Ativos externos japoneses em 1945
Valor e distribuição geográfica por propriedade

Áreas	Distribuição por área %	Total	Governo	Corporação	Individual
Norte da Coréia	13,58	2.970.959.614	549.024.674	2.210.674.940	211.260.000
Sul da Coréia	10,40	2.275.535.422	449.202.006	1.333.393.416	492.940.000
Manchúria	39,44	8.629.628.939	218.300.000	7.248.133.939	1.163.249.000
Norte da China	13,15	2.877.277.310	85.380.360	2.365.874.000	426.022.950
Centro e Sul da China	8,45	1.849.158.690	58.019.640	1.496.662.000	294.477.050
Taiwan	8,67	1.897.918.564	592.642.000	1.055.162.564	250.114.000
Outras áreas	6,31	1.380.133.737	199.424.660	925.709.077	255.000.000
Total geral	100,00	21.880.666.276	2.151.993.340	16.635.609.936	3.093.063.00

Observações: estoque dos ativos externos japoneses em valores de agosto de 1945 em dólares americanos.
Fonte: UNITED STATES OF AMERICA (1948: 18)

O total de ativos externos japoneses por categorias gerais, em valores de agosto de 1945, distribui-se da seguinte forma: 63,04 por cento (US$ 13.792.121.8330) eram imóveis, 27,90 por cento (US$ 6.108.089.894) móveis e 9,06 por cento (US$ 1.980.454.549) outros (intangíveis) [17] (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 16). Analisando a distribuição geográfica por categorias gerais, mostrada na tabela 1.3, vemos que para qualquer uma das categorias gerais, a maior proporção

[16] O termo "outras áreas" nos documentos americanos citados significa todos os outros países do mundo, exceto Manchúria, Coréia, China e Taiwan (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 20).
[17] Para a definição dos ativos imóveis, móveis e intangíveis vide nota 16.

encontrava-se na Manchúria. Dentre os imóveis 25,49 por cento estavam estabelecidos na Coréia e 17,81 por cento na China; dentre os móveis 21,41 por cento estavam na China e 30,63 por cento na Coréia.

Tabela 1.3: Ativos externos japoneses em 1945
Distribuição geográfica por categorias gerais

Área	Imóveis %	Móveis %	Outros %
Norte da Coréia	15,76	9,84	9,90
Sul da Coréia	9,73	11,57	11,43
Manchúria	44,58	31,38	28,47
Norte da China	11,49	17,89	10,12
Centro e Sul da China	6,32	12,74	10,03
Taiwan	8,94	8,73	6,70
Outras áreas	3,18	7,85	23,35
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: adaptado de UNITED STATES OF AMERICA (1948: 16)

A propriedade dos ativos externos japoneses, em valores de agosto de 1945, tinha a seguinte distribuição: 76,03 por cento (US$ 16.635.609.936) eram de corporações, 14,14 por cento (US$ 3.093.063.000) eram de indivíduos (privados) e 9,83 por cento (US$ 2.151.993.340) eram do governo (UNITED STATES OF AMERICA, 1948: 16).

Tabela 1.4: Ativos externos japoneses em 1945
Distribuição geográfica por propriedade

Área	Governo %	Corporação %	Individual %
Norte da Coréia	25,51	13,29	6,83
Sul da Coréia	20,87	8,01	15,94
Manchúria	10,15	43,57	37,61
Norte da China	3,97	14,22	13,77
Centro e Sul da China	2,70	9,00	9,52
Taiwan	27,53	6,34	8,09
Outras áreas	9,27	5,57	8,24
Total geral	100,00	100,00	100,00

Fonte: adaptado de UNITED STATES OF AMERICA (1948: 17)

Convertido em valores de 1945, os ativos externos japoneses se dirigiram ao Leste Asiático de acordo com os percentuais da tabela 1.5. Verifica-se que eles aumentaram à medida em que houve o aumento do território japonês e do esforço de guerra.

Tabela 1.5: Ativos externos japoneses por período no Leste Asiático

Período	Distribuição %
1900 – 1916	7,7
1917 – 1929	16,7
1930 – 1939	35,2
1940 – 1945	40,4
Total	100,0

Fonte: UNITED STATES OF AMERICA (1947: 2)

Pela tabela 1.6 pode-se analisar a proporção do estoque dos ativos externos japoneses por tipo de investidor.

Tabela 1.6: Ativos externos japoneses por tipo de investidor no Leste Asiático em 1945

Tipo de investidor	Proporção %
Instituições financeiras	42,8
Corporações não financeiras	35,2
Governo	22,0
Total	100,0

Fonte: UNITED STATES OF AMERICA (1947: 3)

Do total da amostra de 512 ativos japoneses encontrados no Leste Asiático, 64 pertenciam a instituições governamentais, 172 a instituições financeiras e 276 a corporações não financeiras. Pela tabela 1.7 infere-se que o maior número de ativos encontrava-se na China, somados a Manchúria, o Norte e o Sul da China.

Tabela 1.7: Quantidade de ativos externos japoneses (N) e distribuição (%) por área segundo o tipo de investidor no Leste Asiático em 1945

Área	Total		Instituições governamentais		Instituições financeiras		Corporações	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Coréia	96	18,750	8	12,500	40	23,256	48	17,392
Manchúria	64	12,500	2	3,125	6	3,488	56	20,289
Norte da China	128	25,000	32	50,000	32	18,605	64	23,189
Sul da China	192	37,500	16	25,000	80	46,512	96	34,783
Taiwan	32	6,250	6	9,375	14	8,139	12	4,347
Total	512	100,000	64	100,000	172	100,000	276	100,000

Fonte: adaptado de UNITED STATES OF AMERICA (1946: 2)

Ainda utilizando os dados do mesmo estudo (UNITED STATES OF AMERICA, 1946: 3), conforme mostra a tabela 1.7, do total dos ativos a maior incidência quanto ao tipo de investidores é das corporações, seguida das instituições financeiras e das instituições governamentais.

Tabela 1.8: Quantidade de ativos externos japoneses
Distribuição por área e por tipo de investidor no Leste Asiático em 1945

Área	Por área		Instituições governamentais		Instituições financeiras		Corporações	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Coréia	96	18,750	8	1,5625	40	7,8125	48	9,375
Manchúria	64	12,500	2	0,3906	6	1,1718	56	10,9375
Norte da China	128	25,000	32	6,250	32	6,250	64	12,500
Sul da China	192	37,500	16	3,125	80	15,625	96	18,750
Taiwan	32	6,250	6	1,1718	14	2,7343	12	2,3437
Total	512	100,000	64	12,4989	172	33,5937	276	53,9062

Fonte: adaptado de UNITED STATES OF AMERICA (1946: 3)

Análise realizada através dos dados nesta seção comprova que quase a totalidade dos investimentos japoneses, 93,69 por cento em 1945, concentrava-se no Leste Asiático, sendo que os ativos externos japoneses que se dirigiram ao Leste Asiático se elevaram à medida que houve o aumento do território japonês em razão da expansão territorial a outras regiões dessa área e do esforço de guerra.

Conclusão

Eventos históricos, analisados no decorrer do artigo, foram considerados como elementos que propiciaram uma trajetória que levou a um padrão de concentração dos investimentos japoneses para o Leste Asiático. Os dados referentes ao investimento externo japonês comprovam a hipótese de que os acidentes históricos causaram esse padrão.

Os investimentos japoneses se dirigiram, inicialmente, a diferentes regiões: Estados Unidos, Europa, Ásia. Entretanto, concentraram-se no Leste Asiático do que se depreende que foi a escolha selecionada entre as alternativas. A explicação desse fato reside na análise da seqüência histórica em que os eventos e as oportunidades geradas condicionaram as escolhas e dominaram as decisões dos investimentos japoneses para a região.

Com a expansão do território japonês através das guerras e tratados, os investimentos concentraram-se no Leste Asiático. Cada um dos tratados e das guerras considerados individualmente como pequenos acidentes históricos, determinou uma trajetória particular selecionando aquela região, tornando-se a área escolhida entre as alternativas que incluíam também outras regiões. A história inicial dos investimentos em conseqüência daqueles eventos e das oportunidades advindas determinou que aquela região se transformasse na opção primordial das inversões japonesas. Ou seja, as opções realizadas no passado impuseram restrições a novas opções, determinando um padrão para a concentração dos investimentos no Leste Asiático.

Portanto, a oportunidade das empresas investirem no Leste Asiático fez com que essa região tendesse a permanecer como o padrão de localização: à medida que se ampliava o território, as empresas investiam em cada área ocupada pelo Japão, adquiriram experiência cada vez maior no processo de investimento na região, propiciando auto-reforço e feedbacks positivos para se concentrarem na área.

Vimos que houve o auto-reforço de investimentos japoneses na região, sendo que o aumento da importância do Leste Asiático para a economia japonesa encorajou empresas a realizarem mais investimentos: as circunstâncias dadas pelas guerras e tratados levaram à predominância dos interesses econômicos japoneses por aquela região.

O resultado do processo do padrão de localização dos investimentos foi sujeito aos acidentes históricos. Essa solução foi selecionada dinamicamente, pela seqüência histórica dos eventos. Desse modo, uma região pôde liderar a concentração desses investimentos às expensas de outras.

Uma vez que houve o processo dinâmico dos eventos históricos que tendia a levar àquele padrão dos investimentos japoneses a se concentrarem no Leste Asiático, tornou-se difícil escapar desta trajetória de fluxos. Cada vez mais as empresas investiam no Leste Asiático de forma que melhorava a possibilidade de escolha desta região para os investimentos. O auto-reforço dos investimentos nessa área, a tornou dominante, de forma que diminuíram as possibilidades de investimentos noutras regiões.

Concluímos que o aumento e a concentração dos investimentos japoneses no Leste Asiático foi devida à influência de eventos temporalmente remotos, tal como a abertura da economia e a industrialização, e pela sucessão de acontecimentos – eventos históricos - dominados por oportunidades, dadas pela expansão do território propiciada por guerras e tratados.

O estabelecimento da base industrial através dos investimentos japoneses anteriores à Segunda Guerra Mundial no Leste Asiático contribuiu para a industrialização e o desenvolvimento dessa região no pós-guerra.

Referências bibliográficas

BEASLEY, W. G. (1963). *Historia Moderna del Japón*. Buenos Aires: Sur.

DUUS, PETER (1984). "Economic Dimensions of Meiji Imperialism: The Case of Korea, 1895 – 1910". In: MYERS, R. H. & PEATTIE, M. R. (eds.). *The Japanese Colonial Empire, 1895-1945*. Princeton: Princeton University Press.

DUUS, PETER (1988). *The Cambridge History of Japan*, vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press.

DUUS, PETER (1995). *The Abacus and the Sword: the Japanese penetration of Korea, 1895-1910*. Berkeley: University of California Press.

HAGIHARA, NOBUTOSHI (1985). "What Japan Means to the Twentieth Century". In: HAGIHARA, N.; IRIE, A.; NIVAT, G.; WINDSOR, P. (eds.). *Experiencing the Twentieth Century*. Tokyo: University of Tokyo. pp. 15 – 29.

HARRINGTON, ANN M. (1983). "Meiji Imperialism: "Not Based on Preordained Design". In: WRAY, H. & CONROY, H. (eds.) (1983). *Japan Examined: perspectives on modern Japanese history*. Honolulu: University of Hawaii Press. pp. 131-135.

HUBER, J.R. (1971). "Effect on Prices of Japan's Entry into World Commerce after 1858". *Journal of Political Economy*, 79 (3): 614-628.

IWATA, RYUSHI (1974). "Marketing Strategy and Market Structure in Three Nations: the United States, the United Kingdom, and Japan". In: NAKAGAWA, KEIICHIRO. *Strategy and Structure of Big Business*. The International Conference on Business History 1. Tokyo: University of Tokyo Press. pp. 177 – 195.

KANEKO, FUMIO (1982). "Prewar Japanese Investments in Colonized Taiwan, Korea and Manchuria, a quantitative analysis". *Annals of the Institute of Social Sciences*. no. 23: 82. Tokyo: Institute of Social Sciences. University of Tokyo.

KUBLIN, HYMAN (1959). "The Evolution of Japanese Colonialism". *Comparative Studies in Society and History* 2, 1 (Oct.). pp. 67-84.

LANDES, DAVID S. (1998). *The Wealth and Poverty of Nations: why some are so rich and some so poor*. New York & London: W. W. Norton.

MAYO, MARLENE J. (1967). "Attitudes Toward Asia and the Beginnings of Japanese Empire". In: GOODMAN, GRANT K.. *Imperial Japan and Asia: a reassessment*. New York: East Asia Institute, Columbia University. pp. 6 – 31.

MORISHIMA, MICHIO (1982). *Why has Japan "succeeded"?: Western technology and the Japanese ethos*. Cambridge: Cambridge University.

MORRIS-SUZUKI, TESSA (1994). *The Technological Transformation of Japan: from the seventeenth to the twenty-first century*. Cambridge: Cambridge University Press.

NISHIKAWA & SAITO (1985). "The Economic History of the Restoration Period". In: NAGAI, MICHIO & URRUTIA, MIGUEL. *Meiji Ishin: restoration and revolution*. Tokyo: United Nations University. pp. 175 – 191.

OH, BONNIE B. (1983). "Meiji Imperialism: "Phenomenally Rapid". In: WRAY, H. & CONROY, H. (eds.) (1983). *Japan Examined: perspectives on modern Japanese history*. Honolulu: University of Hawaii Press. pp. 125-130.

PEATTIE, MARK R. (1984). "Introduction". In: MYERS, R. H. & PEATTIE, M. R. (eds.). *The Japanese Colonial Empire, 1895-1945*. Princeton: Princeton University Press. pp. 3- 58.

REISCHAUER & CRAIG (1978). *Japan: Tradition and Transformation*. Tokyo: Charles E. Tuttle.

SHIBAHARA, TAKUJI (1985). "Japan's Modernization from the Perspective of International Relations". In: NAGAI, MICHIO & URRUTIA, MIGUEL. *Meiji Ishin: restoration and revolution*. Tokyo: United Nations University. pp. 61 – 72.

SUMIYA, MIKIO & TAIRA, KOJI (1979). *An Outline of Japanese Economic History 1603 – 1940; major works and research findings*. Tokyo: University of Tokyo Press.

UNITED NATIONS (1993). *Foreign Investment and Trade Linkages in Developing Countries*. New York: United Nations

UNITED STATES OF AMERICA (1941). Records of the War Department. General and Special Staffs. Military Inteligence Division. Regional File. *Japan's Foreign Commercial Relations*. RG 165. Box 2121. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1942). Records of the War Department. General and Special Staffs. Military Inteligence Division. Regional File. *Japanese Economic Penetration, Section I, Japan's Foreign Trade Policy after 1931*. RG 165. Box 2120. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1945). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *External Assets Group 7500*. RG 331. Box 3712. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1946). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *External Assets Group 7500 Research by Dr. Noss*. RG 331. Box 3712. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1946a). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Reparations Property Division. Reparations Branch. *Maxell letter, Pauley Commision*. RG 331. Box 4649. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1946b). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Reparations Property Division. Reparations Branch. *Zaibatsu Reparations*. RG 331. Box 4649. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1947). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *Japanese Capital Investiments in Principal Areas of Northeastern Asia*. RG 331. Box 3710. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1947a). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *Classification of Japanese External Assets*. RG 331. Box 3711. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

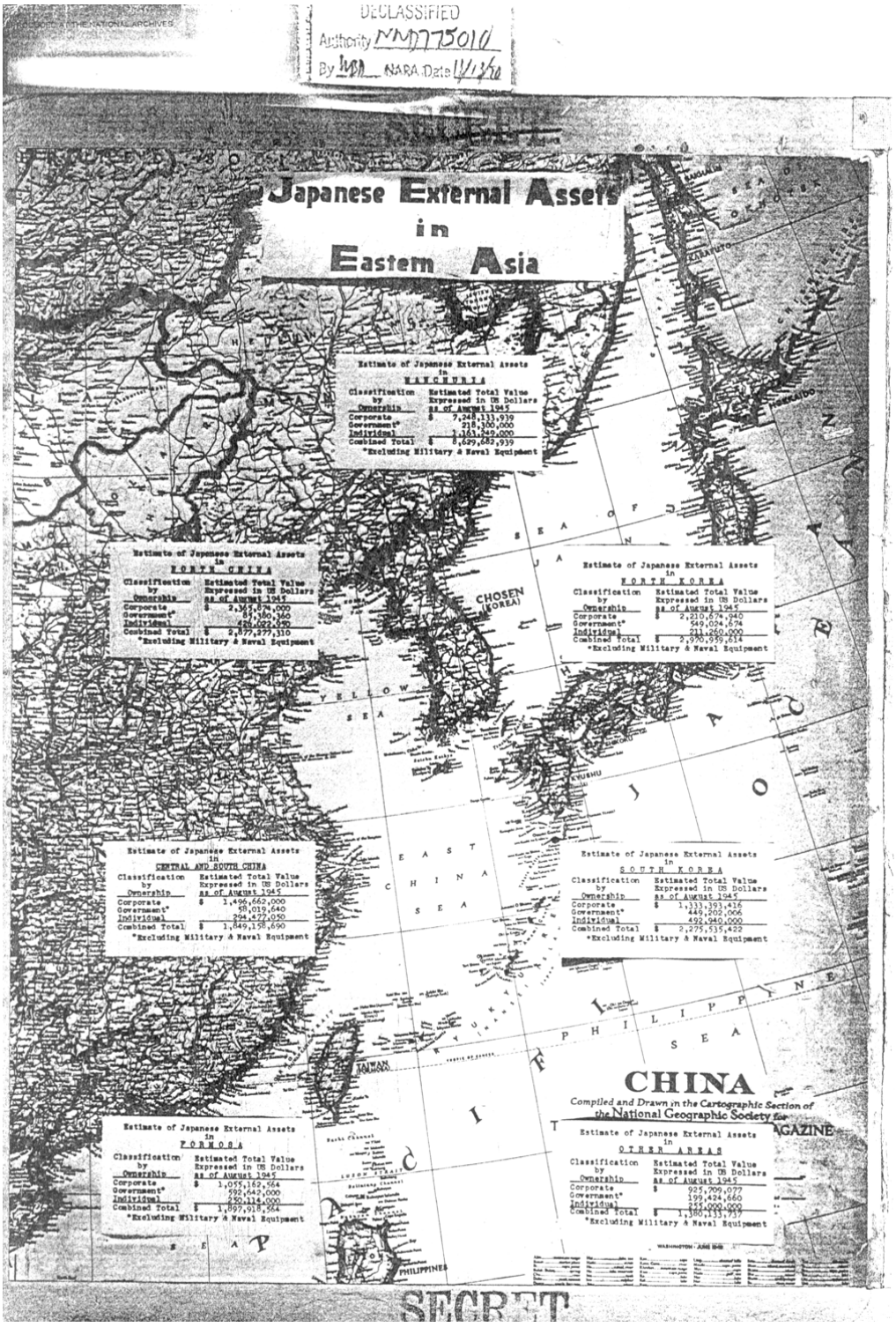
UNITED STATES OF AMERICA (1948). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *Japanese External Assets as of August 1945*. Volume I. RG 331. Box 3650. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1948a). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *Japanese External Assets as of August 1945*. Volume II. RG 331. Box 3650. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

UNITED STATES OF AMERICA (1948b). Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP). Civil Property Custodian. Property Liquidation Division. External Assets Branch. *Japanese External Assets as of August 1945*. Volume III. RG 331. Box 3650. Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

YASUMURO, KENICHI (1984). "The Contribution of Sogo Shosha to the Multinationalization of Japanese Industrial Enterprises in Historical Perspective". In: OKOCHI, A. & INOUE, T. .*Overseas Business Activities*. The International Conference on Business History 9. Tokyo: University of Tokyo Press. pp. 65 – 94.

Anexo – Mapa do Leste Asiático



Fonte: UNITED STATES OF AMERICA (1948)